



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

001

APELAÇÃO CRIME Nº 0177875-8
COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA (EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI)
APELANTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E
FLÁVIO DA SILVA HONORATO
APELADOS: WILSON VICTOR PEREIRA E
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. SONIA MARIA ROCHA CARNEIRO
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR: DES. FAUSTO CAMPOS

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL – APELAÇÕES CRIMINAIS INTERPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO A QUO E PELA DEFESA DE FLÁVIO DA SILVA HONORATO. EM RELAÇÃO AO APELO MINISTERIAL, DÚVIDAS NÃO HÁ QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO ACUSADO WILSON FERREIRA NO CRIME DE HOMICÍDIO. DECISÃO ABSOLUTÓRIA DO CONSELHO DE SENTENÇA DISSOCIADA DAS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. PROVIMENTO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DES. REVISOR, DO RECURSO DE APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 593, INCISO III, ALÍNEA 'D' DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EM RELAÇÃO AO APELO DO ACUSADO FLÁVIO HONORATO, A SUA CONDENÇÃO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL RETRATADA. ÔNUS DA PROVA QUE SE INVERTE. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE POSSAM EMBASAR A NOVA TESE. CONDENÇÃO MANTIDA. TAMBÉM POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DES. REVISOR, FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO DA DEFESA DE FLÁVIO DA SILVA HONORATO. DE OFÍCIO, MUDOU-SE O REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA DO INTEGRALMENTE PARA O INICIALMENTE FECHADO. LEI 11464/07. MANTEVE-SE A DECISÃO QUE CONDENOU O APELADO FLAVIO HONORATO E ANULAÇÃO DA DECISÃO QUE ABSOLVEU WILSON VICTOR PEREIRA, COM REALIZAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal nº 0177875-8 da Egrégia Corte Popular da Comarca de Afoogados da Ingazeira Capital, em que figuram, como apelantes o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e FLÁVIO DA SILVA HONORATO e, como apelados, WILSON VICTOR PEREIRA e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, EM DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DES. REVISOR, em DAR PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL e NEGAR PROVIMENTO AO APELO de FLÁVIO DA SILVA HONORATO, tudo consoante consta do relatório, voto é notas laquigráficas, que fazem parte deste julgado.

Recife, 18 de Dezembro de 2009.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

Nhws (apel. Crm 0177875-8)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP:50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: ronan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



002

APELAÇÃO CRIME Nº 0177875-8
COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA (EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI)
APELANTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E
FLÁVIO DA SILVA HONORATO
APELADOS: WILSON VICTOR PEREIRA E
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. SONIA MARIA ROCHA CARNEIRO
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR: DES. FAUSTO CAMPOS

RELATÓRIO

Trata-se de dois Recursos de Apelação. O primeiro foi interposto pela Defesa de **FLÁVIO DA SILVA HONORATO**, ante o inconformismo com a decisão condenatória prolatada pelo Egrégio Tribunal do Júri da Comarca de Afogados da Ingazeira, em 19/07/04. Já o segundo apelo foi interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO** contra a decisão do Conselho de Sentença que absolveu o acusado **WILSON VICTOR PEREIRA**, em 07/04/05.

Narra a denúncia, às fls. 02/05, que o acusado **WILSON VICTOR PEREIRA** e o apelante **FLÁVIO DA SILVA**, mediante prévio acerto, planejaram e executaram a morte da vítima Luiz Delfino Veras, cujo corpo foi encontrado na manhã do dia 04/09/2002, nas imediações do Sítio Alça de Peia, no município de Afogados da Ingazeira-PE, conforme Perícias Tanatoscópicas de fls. 04/10; 17; 31 e 70/72.

Após todos os trâmites de estilo, foi o apelado Wilson Victor Pereira e o apelante Flávio da Silva Honorato pronunciados em 26 de novembro de 2003, com decisão, às fls. 197/202, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, c/c o art. 10, da Lei nº 9437/97 e art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP, respectivamente, sujeitando-os a julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Afogados da Ingazeira.

Libelo- Crime Acusatório, às fls, 218/219 e 221/222.

Às fls. 229, a Defesa do ora apelado **WILSON VICTOR PEREIRA**, optou por apresentar a contrariedade do libelo em Plenário do Júri.

Nlwvs (apel. Crim 0177875-8)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



003

Às fls.232, a Defesa do apelante FLÁVIO DA SILVA HONORATO oferece contrariedade ao libelo, arguindo, preliminarmente, a nulidade absoluta da peça acusatória de fls. 221/222, em face de estar completamente em desacordo com a sentença de pronúncia de fls. 197/202, no que tange à figura penal que lhe fora imputada, tendo o Ministério Público desvirtuado essa tipificação, dando-lhe qualificadoras inexistentes na referida sentença.

Em sessão realizada em 19 de julho de 2004, às fls.329/333, o Tribunal do Júri da Comarca de Afogados da Ingazeira julgou procedente o libelo crime acusatório de fls. 221/222, e condenou o recorrente FLÁVIO DA SILVA HONORATO ao cumprimento da pena de **19 (dezenove) anos de reclusão**, em regime **integralmente** fechado, por infração ao art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, c/c o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90.

A Defesa de Flávio Honorato, inconformada com a decisão condenatória, com fundamento no art. 593, III, alínea "d", apelou em Plenário do Júri, ofertando as suas razões às fls. **480/482**, através do Defensor Público Bel. José Dilton Marcolino de Carvalho, OAB/PE- 0770. pugnando pelo provimento do presente recurso para anular a sentença ora guerreada, submetendo-o a um outro julgamento.

Contra- razões do Ministério Público, às fls. **484/487**, onde o seu representante manifesta-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela sua improcedência, com a manutenção da sentença de fls. **329/333**, em todos os seus termos.

Já em sessão realizada em 07 de abril de 2005 (fls. 439/441), o Conselho de Sentença, por maioria de votos, acolheu a tese de legítima defesa esposada pela Defesa, decidindo pela absolvição do acusado WILSON VICTOR PEREIRA, pela prática do delito ora em comento.

O Órgão Ministerial *a quo*, após a publicação da sentença em plenário, manifestou o seu intento de recorrer da decisão (fls.446), através do Promotor de Justiça Dr. Lúcio Luiz de Almeida Neto, interpondo o recurso de apelação, com razões acostadas às fls. **453/469**, com fulcro no art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP, requerendo o devido provimento da apelação, a fim de reformar a respeitável decisão de 1º grau e submeter o apelado a novo julgamento perante o Tribunal do Júri da já referida Comarca, vez que foi a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

Em contra-razões recursais de fls. **473/476**, o apelado, através do advogado, Bel. Bartolomeu Brasileiro de Melo, OAB 9282/PE, requer que, sendo



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



004

conhecido o recurso, não se dê provimento ao mesmo, mantendo a decisão absolutória ora vergastada.

A Douta Procuradoria de Justiça em matéria Criminal, através da Dra. Sonia Mara Rocha Carneiro, ofereceu parecer, às fls. 497/504, no sentido de ser **negado provimento ao apelo interposto pela Defesa de FLÁVIO DA SILVA HONORATO**, mantendo-se assim a decisão do Conselho de Sentença. Já em relação ao apelo ministerial, pugna pelo seu total provimento, submetendo o apelado WILSON VICTOR PEREIRA a novo julgamento.

O Apelante FLÁVIO DA SILVA HONORATO encontra-se recolhido ao Presídio Antônio de Brito Alves, em Arcoverde/PE.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 22 de Janeiro de 2009.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



APELAÇÃO CRIME Nº 0177875-8
COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA (EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI)
APELANTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E
FLÁVIO DA SILVA HONORATO
APELADOS: WILSON VICTOR PEREIRA E
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. SONIA MARIA ROCHA CARNEIRO
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR: DES. FAUSTO CAMPOS

VOTO DO RELATOR

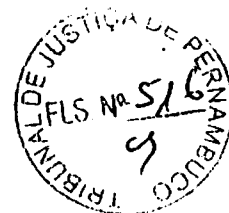
Senhores Desembargadores
Senhor(a) Procurador(a)

Cuida-se de 02 (dois) Recursos de Apelação.

O primeiro interposto pela Defesa de **Flávio da Silva Honorato**; e o segundo intentado pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, os quais se insurgem, respectivamente, contra a condenação do apelante Flávio Honorato e contra a decisão absolutória do Tribunal do Júri da Comarca de Afoogados da Ingazeira, em favor do apelado Wilson Victor Pereira.

A Defesa do ora apelante **FLÁVIO DA SILVA HONORATO**, pugna, em suas razões de recurso, às **fls. 480/482**, para que seja dado provimento ao presente apelo, com a anulação da sentença que o condenou, vez que esta afronta o conjunto probatório dos autos.

Requer, outrossim, o Representante do Ministério Público, em suas razões recursais, às **fls. 453/469**, o devido provimento da apelação, a fim de reformar a decisão que absolveu o ora apelado **WILSON VICTOR PEREIRA**, para sujeitá-lo a outro julgamento, vez que a decisão ora afrontada é manifestamente contrária à prova dos autos.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

006

Inicialmente, passo a apreciar o recurso de apelação interposto pelo Representante do Ministério Público.

Verifico que o inconformismo Ministerial é procedente, ante a total impossibilidade da absolvição do apelado, em razão de não restar demonstrado nos autos que este agiu em legítima defesa própria ao assassinar a vítima, Luiz Delfino Veras. **Senão vejamos.**

Consta da peça atrial que o recorrido **Wilson Victor Pereira**, na tarde do dia 03/09/2002, após o almoço com os seus colegas de trabalho, se desentendeu com a vítima, sendo chamado por esta de "corno". Não satisfeito, o ora apelado se dirigiu até a sua residência, onde apanhou um revólver calibre 38, retornando ao local de trabalho com a intenção de matar Luis Delfino. Lá chegando, encontrou-se com o apelante Flávio da Silva Honorato, contando-lhe o incidente que tivera com a vítima, momento em que, em nome da amizade entre ambos, este se ofereceu para executá-la, pedindo-lhe o revólver, prometendo-lhe devolvê-lo, logo após o cometimento do homicídio.

Tudo acertado, por volta das 17:30 horas do mesmo dia (03/09/02), saiu o apelante Flávio da Silva Honorato na companhia da vítima, enquanto o apelado Wilson Victor Pereira os acompanhava guardando uma certa distância para não ser notado por aquela. O apelado Wilson Victor Pereira foi quem chegou primeiro ao local combinado, lá esperando a chegada da vítima acompanhada do apelante Flávio Honorato, que, propositadamente, deixou que esta passasse a frente, ocasião em que sacou seu revólver e disparou contra a cabeça da mesma, que caiu ao solo. Ato contínuo, o recorrido, não satisfeito, efetuou mais dois disparos, também contra a cabeça da vítima, levando-a á óbito.

Consumado o delito, ambos autores se separaram. Horas depois do cometimento do homicídio, o apelante Flávio Honorato, foi até à residência do apelado Wilson Pereira, ocasião em que devolveu a arma do crime, a qual, posteriormente, foi vendida a uma outra pessoa. Na manhã seguinte, o corpo da vítima foi encontrado por populares no local onde ocorrera o crime de que trata estes autos.

A autoria delitiva só foi descoberta algum tempo depois, vez que o apelado Wilson Pereira confessou a mesma para a sua esposa Adelma e, esta, por sua vez, contou o fato a sua mãe Maria do Carmo.

Passados alguns meses, o ora apelado Wilson Pereira se desentendeu com a sua mulher e agrediu-a fisicamente. A sua sogra, insatisfeita,



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



007

com o acontecido a sua filha, foi até a delegacia e contou sobre a prática criminosa do genro (fls.73).

Após Maria do Carmo haver informado sobre o crime praticado por Wilson, seu genro, a autoridade policial inquiriu Adelma, ocasião em que esta confirmou o fato relatado por sua mãe, dizendo que Wilson havia lhe confidenciado sobre a prática delituosa ora em comento, no mesmo dia em que o corpo da vítima foi encontrado, dizendo-lhe que quem matou Luiz fora o apelante Flávio.

Às fls. 38/41, o apelado Wilson Pereira confessa à Polícia a prática delitiva, com riqueza de detalhes, afirmando perante a autoridade policial que fora Flávio Honorato quem efetuara os quatro disparos contra a vítima, e que ele estava no local do crime escondido a uma distância de trinta metros.

No mesmo dia, o apelante Flávio Honorato disse à autoridade policial, às fls. 44/46, que fora Wilson quem lhe entregara a arma utilizada no crime, bem como planejara os detalhes da empreitada delituosa.

Como sempre, em Juízo, às fls. 117/118, ambos negaram a autoria delitiva anteriormente confessada à Polícia.

Igualmente, as informantes Adelma (fls. 139) e Maria do Carmo (fls.141) negaram as afirmativas feitas à autoridade policial, tendo a primeira dito que no dia em ocorrera o crime seu marido, o ora apelado Wilson Pereira, passara a tarde toda em casa.

É sabido que, em casos de violência contra a mulher, onde inicialmente a mulher ou alguém da sua família procuram a Polícia para denunciar o agressor e na maioria das vezes revela outros delitos praticados por ele, com o desenrolar dos fatos, esta se arrepende e "faz as pazes" com quem lhe agrediu, vindo à Justiça para negar tudo o que dissera anteriormente, como *in casu*.

Vale ressaltar que a autoria do delito em comento só foi desvendada com a declaração da sogra do apelado Wilson, que, após ter o mesmo agredido fisicamente a sua filha, resolveu denunciá-lo à Polícia, bem como o apelante Flávio Honorato como quem o auxiliou na empreitada criminosa. Só assim, após cinco meses do cometimento do delito, pôde a Polícia chegar aos seus autores.

Convém ainda destacar que, apesar de Flávio Honorato ter sido levado à Delegacia no mesmo dia da prisão de Wilson, inicialmente negou a sua participação e, quando confrontado com Wilson, confessou a autoria do homicídio,



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



008

dando versão diversa, em alguns aspectos, da apresentada por Wilson, o que põe por terra a suposta "criação" pelo delegado, alegada por eles em Juízo.

Ademais, além de ser impossível uma criação tão rica em detalhes posteriormente confirmados, não iria a autoridade policial criar duas versões para o mesmo fato, uma para Wilson e outra para Flávio.

Vimos que a versão apresentada pelo apelado Wilson, mais uma vez se descontrói com o esclarecedor depoimento de Paulo Raimundo, o "Olho de Concha" (fls.140), pois o recorrido afirmara em Juízo "nunca ter vendido revólver a Paulo" e este confirmou todas as declarações prestadas anteriormente (fls. 65/67), afirmando "que realmente comprou uma arma a Wilson por R\$140,00 (cento e quarenta reais)", o que deixa claro que, se o Delegado tivesse inventado tais fatos, os mesmos não se confirmariam posteriormente, inclusive por ocasião do julgamento do ora apelante Flávio Honorato, onde Paulo Raimundo foi ouvido pela terceira vez, (fls. 323/324), tendo confirmado tudo o que dissera anteriormente.

Por outro lado, verifica-se que tanto Wilson como Flávio, já haviam praticado outros homicídios anteriormente, não tendo sido o assassinato da vítima deste processo um fato isolado em suas vidas.

Assim, nada nos autos ampara a tese de negativa de autoria esposada pela Defesa em favor do ora apelado Wilson.

Em casos semelhantes de mudança de depoimentos da fase do inquérito para a fase judicial, temos várias decisões jurisprudenciais condenatórias, quando há harmonia das primeiras declarações com as demais provas dos autos.

TJGO- 006844- APELAÇÃO CRIMINAL, ESTUPRO, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA. ABSOLVIÇÃO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA Á PROVA DOS AUTOS. A detalhada e minuciosa confissão extrajudicial do acusado, mesmo retratada em juízo, mas em perfeita harmonia com os elementos de prova não pode ser afastada pela tese de negativa de autoria contraditória, inclusive em relação aos próprios depoimentos das testemunhas do rol da defesa, devendo o réu ser submetido a novo julgamento. Apelo conhecido e Provido. Provido por unanimidade. (Apelação Criminal nº 24916-4/213 (200302317451), 2ª Câmara Criminal do TJGO, Goiânia, Rel. Des. Jamil Pereira de Macedo. j. unânime, DJ07.06.2004)

TAPR (10248). Confessada a autoria delitiva na fase do inquérito, requisito que restou, suficientemente, amoldado no

Nlwvs (apel. Crim 0177875-8)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

009



quadro probatório produzido no feito, revela-se totalmente irrelevante a isolada retratação operada posteriormente, incapaz, por si só, de abalar o fundamento decreto condenatório lançado. (Apelação Criminal nº 0192200-7 (10248), 2ª Câmara Criminal do TAPR, Foz do Iguaçu, Rel. Ronald Juarez Moro. J. 29.05.2007, unânime, DJ 08.08.2007)

Finalmente, ao contrário do que argumentou a Defesa em suas contra-razões, revela-se totalmente inverossímil a versão trazida pelo recorrido em Juízo, onde afirma que confessou o crime à Polícia sob tortura, para retratar-se da detalhada confissão extrajudicial e, conseqüentemente, buscando embasar a tese de negativa de autoria.

Até mesmo porque a defesa em nenhum momento argüiu a suposta tortura e, além disso, é ônus de quem se retrata da confissão trazer aos autos elementos que corroborem a sua nova tese, o que não foi o caso dos autos.

O conjunto probatório dos autos não deixa dúvida acerca da responsabilidade penal do apelado, que infelizmente não foi reconhecida pela respeitável decisão dos membros do Conselho de Sentença, decidindo de forma discrepante ao que foi colhido nos autos, com a decretação da sua absolvição, ao contrário do que decidiu o mesmo Tribunal do Júri, em composição diferente, face à separação dos julgamentos, ao condenar o co-réu Flávio Honorato pela prática do mesmo delito, à pena de 19 (dezenove) anos de reclusão, rejeitando igual tese defensiva, negativa de autoria, argüida em favor de ambos.

Nos ensinamentos do ilustre Júlio Fabbrini Mirabete o presente recurso, nos termos do artigo 593, inciso III, 'd' do Código de Processo Penal, trata de hipótese em que se fere justamente o mérito da causa, em que o *error in iudicando* é reconhecido quando de uma decisão arbitrária, havendo dissociação integral no que tange às provas dos autos, determinando-se novo julgamento. Não há, contudo, violação a regra constitucional da soberania dos veredictos.

Portanto, não há nestes autos nada que ampare a decisão absolutória ora guerreada, pelo que se impõe a sua reforma para submeter o apelado Wilson Victor Pereira a um novo julgamento.

Isto posto, passo a apreciar o recurso interposto pela Defesa do apelante Flávio da Silva Honorato.

Contam os autos que o apelante Flávio Honorato havia se desentendido com a vítima ante o fato de ter flagrado esta subtraindo peças de alumínio da empresa onde ambos trabalhavam. Nessa ocasião, o apelante ameaçou

Nlwvs (apel. Crim 0177875-8)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpa.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



010

de levar tal fato ao conhecimento da chefia, tendo a vítima o interpelado ao dizer-lhe que ficasse calado, que não se metesse. Contudo, o apelante não considerou a advertência e levou o fato ao conhecimento do encarregado. Após "entregar" a vítima, o apelante ficou temeroso que esta viesse a se vingar futuramente (fls. 44/46).

Igualmente ao apelado Wilson Pereira, o ora apelante Flávio Honorato confessou a autoria criminal à Polícia, negando-a, posteriormente, em Juízo, buscando respaldo para a tese de negativa de autoria, também, esposada pela sua Defesa.

Vale ressaltar, mais uma vez, que ao ser inquirido pela autoridade policial, às fls. 38/41, cinco meses após o cometimento do delito, o apelado Wilson Pereira, contou detalhadamente todo o planejamento da ação criminosa perpetrada por ele e pelo seu companheiro, o ora apelante Flávio Honorato. Em seu minucioso relato contou que para poder levar a vítima ao local onde seria executada, contou com a participação de Flávio, vez que este sabia que aquela furtava peças da firma onde trabalhavam e assim ficaria mais fácil despistá-la, cabendo a este se oferecer para ajudá-la na retirada da *res furtiva* da empresa.

Narram ainda os autos que, quando a polícia encontrou o corpo da vítima, junto a ela estavam dois sacos de nylon contendo as tais peças de alumínio (Auto de Apreensão, às fls. 12), tendo tal fato sido mencionado pelo apelado Wilson em sua narrativa à Polícia.

Infere-se dos autos que apenas apelante e apelado se encontravam na cena do crime, não havendo, portanto, testemunhas presenciais.

Assim, só quem saberia da existência desses dois sacos e, ainda, o que eles continham, era quem ali esteve presente, no caso, o ora apelante e o apelado Wilson Pereira.

Aa provas trazidas à colação são suficientes para demonstrar a autoria criminal do ora apelante e, conseqüentemente, não amparam a retratação feita por ele em Juízo.

Portanto, a decisão condenatória ora guerreacla não merece qualquer reparo, vez que o Conselho de Sentença, acertadamente, acolheu as irrefutáveis provas trazidas à colação, as quais apontam o apelante como um dos autores do crime ora em comento.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



011

Assim sendo acolho o parecer emitido pela Procuradoria de Justiça em matéria Criminal, e **VOTO PELO PROVIMENTO** do apelo Ministerial para submeter o apelado **WILSON VICTOR PEREIRA** a um outro julgamento, que deverá ser aguardado em liberdade provisória e, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo interposto pela Defesa do apelante **FLÁVIO DA SILVA HONORATO**, ora recolhido ao Presídio Antônio de Brito Alves- Arcoverde/PE, mantendo-se a sua condenação em todos os seus termos, exceto no que tange ao regime de cumprimento da pena, que, ante a vigência da Lei 11.464/2007, deve ser o inicialmente fechado, ficando a cargo do Juízo das Execuções Penais a questão da análise da possibilidade ou não da progressão de regime.

É como voto.

Recife, 29 de setembro de 2009.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



013

acusado ao delito de homicídio qualificado fundou-se unicamente na confissão dos réus (fls. 38/41 e 44/46) e em depoimentos de testemunhas (fls. 44/45 e 73) obtidos na esfera policial, todos os quais se retraram posteriormente em juízo, senão vejamos:

Wilson Victor Pereira (fl. 117) afirma que: "não são verdadeiras as acusações que lhe são feitas; (...) que confessou a autoria do delito porque foi torturado num matagal, mas não sabe quem o agrediu, porque estava com um saco na cabeça;"

Flávio da Silva Honorato (fls. 117/118) aduz que: "não são verdadeiras as acusações que lhe estão sendo feitas; (...) que assinou o depoimento prestado na delegacia sem ler, pois estava com medo, pois viu o 1º denunciado com uma bolsa na cabeça;"

Adelma Pereira da Silva (fl. 139), esposa do primeiro denunciado, alega que: "na delegacia não chegou a ler o depoimento constante às fls. 50/51, que lhe foi lido nesta oportunidade; que nada do que consta no presente termo é verdadeiro, pois nunca apanhou de seu marido; (...) que quando o delegado fazia as perguntas à declarante, a mesma dizia apenas que nada sabia;"

Maria do Carmo Alves da Silva (fl. 141), sogra do primeiro denunciado, afirma que: "retifica todo o depoimento prestado á autoridade policial constante às fls. 73, pois a única coisa que disse ao delegado foi que seu genro era uma boa pessoa, e nunca fez mal à declarante; (...) que ninguém leu o depoimento da declarante para ela, na delegacia de polícia quando o mesmo foi prestado; que o delegado não transmitia em voz alta as respostas da declarante; (...) que sua filha Adelma nunca comentou com a declarante que o 1º denunciado a tivesse maltratado ou agredido fisicamente;"

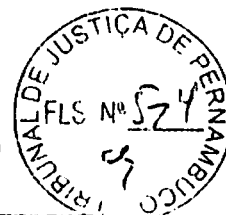
Também na plenária do Júri, manteve o primeiro Apelante a versão apresentada durante a instrução criminal, conforme ora se transcreve:

Flávio da Silva Honorato (fls. 314/316), responde que: "não é verdadeira a acusação que lhe é feita; (...) que não confessou a prática do crime em seu interrogatório realizado durante a fase de inquérito policial; que confirma apenas o depoimento prestado em juízo; (...) que, quando chegou na delegacia, presenciou Wilson algemado, sujo de terra com uma sacola plástica

[Assinatura manuscrita]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



na cabeça; (...) que o interrogado chegou a receber uns tapas na delegacia, mas não conhece o autor dos tapas;".

014

Decerto que a confissão dos réus obtida na esfera policial, mesmo que retratada em juízo, é meio de prova hábil à condenação, desde que em harmonia com as demais provas colhidas nos autos, conforme diversos precedentes deste Tribunal e dos Tribunais superiores.

Não é este, contudo, o caso dos autos.

A condenação do Apelante, como acima mencionado, fundou-se unicamente na confissão deste e do co-réu e nas declarações da esposa e da sogra de Wilson, todas colhidas na fase policial.

As demais provas obtidas em Juízo referem-se aos depoimentos prestados pelo Delegado e Escrivão de Polícia (fls. 161/163), também ouvidos na Plenária do Júri (fls. 317/318), que negam as alegações de tortura formuladas pelos acusados, ratificando os depoimentos por aqueles prestados na delegacia, assim como a oitiva da testemunha Paulo Raimundo da Silva (fl. 140) que afirma ter comprado uma arma, que potencialmente pode ter sido utilizada no delito, do acusado Wilson.

De mais a mais, verifico que a prova produzida nos autos pela defesa ratifica a versão do Apelante, no sentido de demonstrar que o mesmo recolheu-se à Cadeia Pública de Afogados da Ingazeira, no dia do delito, 03/09/2002, às 18hs, saindo às 06h da manhã seguinte, o que tornaria bastante improvável a sua participação no delito, ocorrido por volta das 17h30 daquele dia, assim como impossibilitaria a entrega da arma pelo Apelante ao co-réu às 19hs, conforme constante de sua confissão na polícia.

Saliento não estar em cheque aqui a validade dos depoimentos prestados pelos acusados na fase do inquérito policial, tampouco as afirmações formuladas pelos policiais em Juízo.

Ocorre que os referidos policiais, ou quaisquer das outras testemunhas ouvidas em Juízo, não presenciaram o delito em tela, não se mostrando a prova obtida suficiente à condenação dos réus pelo crime de homicídio, sem que haja nos autos qualquer outro meio probatório que ratifique a versão sustentada pela acusação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



015

Isto porque, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover¹, "as provas constantes, quer do inquérito policial, quer de procedimentos ou sindicâncias administrativas em geral, não se prestam senão à formação da opinio delicti, para efeito de oferecimento da denúncia, (...) sendo inadmissível que alguém seja condenado apenas com elementos do inquérito policial ou de quaisquer outros procedimentos administrativos prévios".

Nesse diapasão, colaciono julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, assim ementado:

"Apelação criminal. Júri. Participação em homicídio. Condenação amparada em prova exclusivamente testemunhal. Decisão cassada.

1. O inquérito policial é peça informativa, do qual se vale a acusação para oferecer denúncia, a fim de que, no procedimento escalonado para crimes da competência do tribunal do júri, seja reconhecido admissível o *jus accusationis*.

2. Vedado é aos jurados desconsiderar o nada apurado no *judicium accusationis* e no *judicium causae* acerca da participação do réu no crime, louvando-se em prova exclusivamente extrajudicial para condená-lo, com total desprezo à garantia constitucional do contraditório. Com esse proceder, deixam de exercer a soberania que lhes outorga a Constituição Federal; decidem manifestamente contra a prova colhida em obediência ao devido processo legal." (ÂPR 1913398, TJDF, 2ª Turma Criminal, rel. Des. Getúlio Pinheiro, Publicação no DJU: 29/09/1999 Pág. : 17)

Também assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

"RESP - CONSTITUCIONAL - PROCESSUAL PENAL - PROVA - PROCESSO - INQUÉRITO POLICIAL. - A Constituição da República distingue processo e inquérito policial. O primeiro obedece o princípio do contraditório. O segundo é inquisitorial. A prova idônea para arrimar sentença condenatória deverá ser produzida em juízo. Impossível invocar os elementos colhidos no inquérito, se não forem confirmados na instrução criminal" (Resp nº 55.178/MG - Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro - D.J. de 19/12/94).

Cediço que o Tribunal do Júri é soberano para optar livremente por uma das versões que lhe foram apresentadas pelas partes em plenário.

¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **As Nulidades no Processo Penal**. pp. 100/101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



016

desde que a tese acolhida encontre escopo no acervo probatório colhido, de forma que a soberania constitucionalmente deferida aos juízes leigos não autoriza o acolhimento de tese dissociada da prova dos autos.

Assim é que, o Júri Popular, com toda a amplitude de apreciação que se queira destacar, não pode ultrapassar princípios basilares de valoração da sistemática processual e nem ferir frontalmente regras de experiência cotidiana de julgamento de processos criminais.

In casu, inexistem nos presentes autos elementos probantes que sirvam de apoio à decisão tomada pelo Conselho de Sentença, além daqueles obtidos unicamente na esfera policial. Havendo, portanto, manifesta contradição entre o decidido pelos jurados e as provas dos autos, à Instância Revisora é dado anular a decisão açoilada e determinar seja o réu submetido a novo julgamento.

Não vislumbro, contudo, a mesma sorte ao apelo da acusação quanto ao julgamento do co-réu Wilson Victor Pereira.

Pelos fundamentos acima expendidos, verifico serem duas as teses apresentadas, a da acusação, afirmando a autoria dos acusados pelo homicídio duplamente qualificado, e a da defesa, que consiste. Em ambos os casos, na negativa da autoria delitiva.

A tese da acusação, conforme já amplamente discutido, além de não encontrar elementos probatórios nos autos, esbarra na tese da defesa fundamentada na oitiva de informantes, e nas declarações prestados pelos acusados em juízo.

Não há que se falar, destarte, em decisão contrária à prova dos autos que ampare a nulidade alegada, mas sim de acolhimento pelo Conselho de Sentença da tese apresentada pela defesa.

Há de se salientar, ademais, a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, resguardada pela Carta Magna em seu art. 5º, inciso XXXVIII, alínea c, de forma que, mesmo que estas decisões eventualmente sejam contrárias à interpretação dos magistrados de 1º e 2º graus de jurisdição, desde que embasadas em elementos existentes no processo, ou seja, desde que não estejam em manifesto desacordo com as provas dos autos, como fora considerado no caso anterior, devem prevalecer.

Não merece reparo, portanto, a sentença absolutória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Posto isso, voto pelo provimento do recurso interposto pelo réu Flávio Honorato da Silva, para cassar o veredicto proferido pelo Conselho de Sentença e submeter o apelante a novo julgamento, enquanto que voto pelo improvimento do recurso do Ministério Público, mantendo inalterada a sentença que absolveu o apelado Wilson Victor Pereira.

É como voto.

Recife, 29 de Setembro de 2009

Des. Fausto Campos
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



018

APELAÇÃO CRIME N.º 177875-8 – Vara Criminal de Afogados da Ingazeira
RECORRENTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco e Flávio da Silva Honorato
RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco e Wilson Victor Pereira
RELATOR: Des. Romero Andrade
REVISOR: Des. Fausto Campos
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO VISTA

Senhores Desembargadores,

Cuida-se de Apelações Criminais interpostas pelo **Ministério Público Estadual** e por **Flávio da Silva Honorato**. A primeira tem por fundamento a **contrariedade manifesta da prova dos autos**, objetivando anular a absolvição de **Wilson Victor Pereira**, concernente ao homicídio que lhe foi imputado a fim de submetê-lo a outro julgamento. A segunda visa anular a decisão do Conselho Sentencial objetivando para que o apelante seja submetido a novo julgamento.

Analisando os votos proferidos pelos eminentes Desembargadores Relator e Revisor, o primeiro **dando provimento à apelação do Ministério Público** para submeter o apelado **Wilson Victor Pereira** a outro julgamento e negando provimento ao apelo de **Flávio da Silva Honorato**.

O Eminentíssimo Revisor, por seu turno, nega provimento ao apelo do *Parquet*, mantendo a sentença absolutória de **Wilson Victor Pereira** e dá provimento à apelação de **Flávio da Silva Honorato** para submetê-lo a outro julgamento.

Pedi vista dos autos, trazendo-os hoje a julgamento, permitindo-me divergir do voto do eminente Des. Revisor, passando de imediato a justificar as razões do meu convencimento.

Apesar das negativas de autoria trazidas como tese de defesa em juízo (fls. 117/118, Flávio e Wilson; 314/316, Flávio; e 426/428, Wilson), o conjunto probatório é contundente em demonstrar tanto a autoria delitiva de Flávio como a de Wilson.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



019

Inicialmente, constato que os interrogatórios prestados, na polícia, por **Wilson Victor Pereira** (fls. 38/41) e por **Flávio da Silva Honorato** (fls. 44/46) convergem no sentido da **confissão da prática do fato criminoso**.

Depois, ainda na fase inquisitorial, os depoimentos testemunhais da esposa e da sogra do apelado Wilson (fls. 50/51 e 73) também revelam a autoria delitiva a eles atribuída, tudo isso corroborado pelo depoimento de Paulo Raimundo da Silva, que informa ter comprado daquele um revólver calibre 38 (fls. 65/66 e 323/32, o que deixa evidentemente sem consistência a negativa de Wilson sobre tal venda.

Depois, em juízo (fls. 161/163, 317/322), os policiais desmentem as alegações de tortura trazidas como meio de afastar a confissão colhida no inquérito, informando, inclusive, que a Sra. Adelma apresentava marcas de agressão e que esta se recusou a representar contra o seu esposo por se tratar de uma pessoa agressiva. Declararam também que a sogra de Wilson se encontrava bastante nervosa e pedia o anonimato de suas informações, ao mesmo tempo em que confirmam as declarações prestadas pelas aludidas esposa e sogra na esfera indiciária.

Observe-se que a prova adotada pelo Conselho de Sentença para acertadamente condenar o apelante Flávio, lamentavelmente foi a mesma utilizada, desta feita, de forma não racionável, para absolver o apelado Wilson.

Ora, a prova robusta que serviu para condenar Flávio haveria de servir, no âmbito da lógica do razoável, para a mesma finalidade em relação a Wilson, até porque a situação processual dos dois é a mesma, figurando o primeiro como executor e o segundo como principal interessado no desenlace da vítima, segundo a realidade dos autos.

Colhe-se, a todas as luzes, que são verossímeis os depoimentos prestados pela esposa e pela sogra de Wilson na fase inquisitorial (fls. 50/51 e 73), corroborados, em Juízo, pelos informes do Delegado Cláudio José Pereira de Castro (fl. 161/162) e do Escrivão de Polícia José Roberto de Freitas Lisboa (fls. 162/163).

É compreensível, no âmbito da complexidade das relações familiares que, passadas as marcas e o rancor das agressões físicas, o perdão faça a esposa e a sogra voltarem atrás nas afirmações prestadas em desfavor de Wilson. Tal fato, não desconstitui a prova já produzida. A desistência de reafirmar o que já havia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



020

sido dito na polícia pode também ser proveniente do medo ou de ameaças do próprio agressor.

Por outro lado, os depoimentos trazidos pela defesa (fls. 151/1252) nada contribuem para o deslinde da causa tampouco para as versões trazidas pelos sentenciados, encontrando-se a negativa completamente distanciada da prova dos autos.

Dito isto, peço vênica ao eminente Des. Revisor para acompanhar o voto do Des. Relator em todos os seus termos, dando provimento ao recurso ministerial, para submeter o apelado Wilson Victor Pereira a novo julgamento, que aguardará em liberdade, e negando provimento à apelação de Flávio da Silva Honorato, que permanecerá segregado, como se encontra.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

021

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – 29 09 2009

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 177.875-8 – AFOGADOS DA INGAZEIRA

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: WILSON VICTOR PEREIRA E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ROMERO ANDRADE

REVISOR: DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

O RELATÓRIO ENCONTRA-SE ÀS FOLHAS 507/509 DOS AUTOS

O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FOLHAS 515/521 DOS AUTOS.

O VOTO DO REVISOR ENCONTRA-SE ÀS FOLHAS 522/527 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

V.Exa. nega provimento ao recurso do Ministério Público, mantém a absolvição do apelado, Wilson Victor Pereira, e com relação a Flávio Honorato da Silva.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (REVISOR)

Eu dou provimento para que seja submetido a novo julgamento.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

Dá provimento para que ele seja submetido a novo julgamento.

Então, o voto é totalmente divergente. Peço vista.

DECISÃO:

"APÓS OS VOTOS PROFERIDOS DOS DESEMBARGADORES RELATOR E REVISOR, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ROBERTO LINS".

1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

022

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

18.12.2009.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 177.875-8

COMARCA : AFOGADOS DA INGAZEIRA

APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
E OUTRO

APELADOS : WILSON VICTOR PEREIRA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : DESEMBARGADOR ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE

REVISOR : DESEMBARGADOR FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

VOTO VISTA

O Voto vista do eminente Des. Roberto Ferreira Lins encontra-se às fls. 533/535 dos autos.

DECISÃO:

"POR MAIORIA, VENCIDO O DESEMBARGADOR REVISOR, DECIDIU-SE POR DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO JÚRI DO APELADO WILSON VICTOR PEREIRA. AINDA POR MAIORIA, TAMBÉM VENCIDO O DESEMBARGADOR REVISOR, DECIDIU-SE POR NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA POR FLÁVIO DA SILVA HONORATO, TUDO NOS TERMOS DOS VOTOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

023

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

18.12.2009.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 177.875-8

COMARCA : AFOGADOS DA INGAZEIRA
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
E OUTRO
APELADOS : WILSON VICTOR PEREIRA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBARGADOR ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR : DESEMBARGADOR FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

VOTO VISTA

O Voto vista do eminente Des. Roberto Ferreira Lins encontra-se às fls. 533/535 dos autos.

DECISÃO:

"POR MAIORIA, VENCIDO O DESEMBARGADOR REVISOR, DECIDIU-SE POR DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO JÚRI DO APELADO WILSON VICTOR PEREIRA. AINDA POR MAIORIA, TAMBÉM VENCIDO O DESEMBARGADOR REVISOR, DECIDIU-SE POR NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA POR FLÁVIO DA SILVA HONORATO, TUDO NOS TERMOS DOS VOTOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO".

JC